

Os conceitos de quem conhece o Senado

JBr — O Senado tem exercido as suas funções da melhor maneira que poderia exercê-las?

D.Sara: — Não. A parte institucional, talvez devido ao momento político em que vivemos, tem merecido interesse maior. E o processo legislativo tem sido relegado a um segundo plano. A gente trabalha, sempre, em função de prioridades, daí vemos os assuntos políticos e econômicos serem tratados com presteza, ao passo que a parte legislativa não tem sido estudada com o devido cuidado. Isso a gente sente até com certa tristeza, porque é a minha área específica.

JBr — No início do ano o senador Mauro Benevides levantou a necessidade de o Senado dispor de um quadro de técnicos especializados. Como a senhora vê o problema?

D.Sara: — Ah! Mas é claro que faltam técnicos! Tanto falta que sugiro que as lideranças, no âmbito do Congresso Nacional, deveriam ser assessoradas por funcionários do Congresso Nacional e não do Senado, como acontece no momento. Mas realmente assessoradas. Vamos buscar um exemplo concreto e recente: chegou ao Congresso Nacional o projeto de lei das Sociedades Anônimas, de natureza essencialmente técnica. O Congresso, pelo que pude observar, não teve condições reais de fazer um estudo técnico rigoroso da matéria; necessitou recorrer à área do Executivo. Então, os assessores de lá que estudaram e elaboraram o projeto, para cá vieram assessorar os parlamentares, no Congresso. É lamentável. Por mais que o técnico do Executivo tenha isenção de ânimo ele tende forçosamente para o interesse maior ou para a visão do Executivo e não para a visão do Legislativo. Não menciono os interesses, porque julgo-os iguais: eles querem mudar a lei para melhorar a lei. Mas as óticas são diferentes. Ora, se quem faz o projeto — no caso o Executivo — e vem o próprio Executivo assessorar o Legislativo, ele naturalmente já vem com a predisposição de dificultar a alteração do projeto. E o Legislativo termina por não contribuir como deveria.

JBr — Qual é a sugestão da senhora para que o Senado pudesse aparelhar-se tanto quanto o Executivo?

D. Sara: — Houve um concurso público para assessores do Senado. A maioria já era bacharel e continuou bacharel. Reconheço as qualidades do bacharel, têm uma visão global, cultura diversificada, mas ao mesmo tempo superficial. Sugiro áreas específicas dentro da assessoria. O que não temos. Vê-se um bacharel dando um parecer sobre finanças públicas, sobre relações exteriores. Temos de reconhecer que os tempos mudaram e ninguém sabe tudo. Não advogo que o Senado venha ser tecnicista, mas que possua técnicos. A visão política, humana e global da lei cabe, em particular, ao parlamentar.

JBr — O aparelhamento do Senado, em princípio, teria que começar por onde, Pela presidência, por entendimentos?

D. Sara: — Teria que começar "pelo princípio": uma reformulação geral da assessoria, partindo da Mesa Diretora.

JBr — A Mesa Diretora tem-se mostrado preocupada com essa questão?

D. Sara: — Sim, mas não tem tomado medidas para sanar o problema.

JBr — A senhora poderia explicar o que acontece?

D. Sara: — Eu não sei exatamente o que seja. É uma estrutura tão arraigada que eu acho existir certa dificuldade por parte da Mesa Diretora em entender bem esse problema. Acontece que as matérias, apesar dos pesares, são votadas, se transformam em leis. Talvez ante esse resultado palpável, a Mesa Diretora não sinta a necessidade premente de uma reformulação, de um aprimoramento do processo legislativo. Mesmo no plenário, volta a meia, um parlamentar usa da palavra para focalizar esse aspecto. Mas ninguém faz nada. Sente-se a necessidade de uma organização melhor, mas a verdade é que ninguém toma a iniciativa de transformar essa necessidade em realidade.

JBr — A Secretaria da Mesa, por sentir a necessidade de reformulação, não poderia tomar a iniciativa da proposição?

D. Sara: — O organograma do Senado é falho. Deveríamos ter duas áreas bem delimitadas. Uma parte administrativa propriamente dita e outra parte legislativo-política. Vemos por exemplo que a Diretoria das Comissões, a Ata, Taquigrafia, assessorias, Secretaria de Divulgação e Relações Públicas são mais ligadas ao processo político — legislativo. No entanto, estão subordinadas ou à Comissão Diretora ou ao diretor-geral. Deveriam ser ligadas à Secretaria Geral da Mesa. Não por ser eu a secretária —

— aliás a situação atual para mim é cômoda. Em contra-partida, sinto-me às vezes obrigada a extrapolar as minhas atribuições e entrar na área alheia, onde sinto que uma falha poderá vir a atrapalhar o trabalho de plenário, ou o próprio trabalho da Secretaria. Então interfiro — até mesmo contrariada — nas outras áreas. Tomo, por exemplo, participação nas organizações das comissões, verifico os pareceres acompanhando-os nas comissões, para ter uma idéia do que poderá vir a acontecer em plenário — o trabalho do plenário é um espelho do que houve nas comissões; para assessorar efetivamente o presidente na Mesa; para prever questões de ordem e para atendimento dos próprios parlamentares.

Intrometo na taquigrafia, no que se refere à fiscalização de pronunciamentos de senadores. Tudo isso não é da minha área de direito, mas que de fato alteram o meu trabalho. Acredito que poderia interferir de uma maneira mais direta, quanto a sugestões de se resolver determinados problemas. Mas o trabalho da Secretaria já é tanto que as idéias e sugestões, todas elas dependentes de iniciativa, ficam ao sabor de "quanto for possível". Teríamos então de ter uma organização diferente na própria Secretaria. Apoio maior, atribuições mais diversificadas.

JBr — Como a senhora enxerga essa situação que percebemos como jornalistas no Senado: sente-se que apesar do muito trabalho teórico que os senadores têm, falta uma atuação de fato, de empenho.

D. Sara: — Você não acha que a situação que nós estamos vivendo — o papel do parlamento nessa situação — é que leva a essa

descrença? A verdade é que o ar está pesado. Basta conversar com qualquer parlamentar. Não precisa ser da oposição, da Arena mesmo. A gente não encontra neles aquele incentivo, aquele elan que eles deveriam ter. Eles não fazem oposição ao Governo, ao sistema, por uma questão de acomodação (o que é diferente de comodismo). Infelizmente o parlamentar está acomodado. Ele não tem mais a reação normal que teria em sistema de parlamento livre.

JBr — Essa situação reflete-se no trabalho, de um modo geral, do Senado?

D. Sara: — Como reflete! Há alguns caminhos, que acredito pudessem ser tomados, para pelo menos contrabalançar a influência do Executivo sobre o Legislativo — influência notória, ninguém pode negar. Por que não poderia a Arena escolher o seu líder dentro da mais pura espontaneidade e só depois então o Governo nomear esse líder, de fato escolhido, o seu próprio líder? Não seria essa uma maneira, também de fato, de o Governo prestigiar o seu próprio partido? Os parlamentares, com a vontade minada, transmitem a nós, funcionários, a sua própria acomodação.

JBr — E os novos senadores, chegados em 1975, já foram absorvidos por esse clima?

D. Sara: — Já estão sendo influenciados. Chegaram com muito ânimo, vontade de renovação e esperança de abertura, Congresso independente, que as aspirações do povo pudessem ser ditas e transmitidas, debatidas. Mas eles também já estão se acomodando. É o ar pesado que comprime. Um exemplo: o senador Itamar Franco, quando aqui chegou, era interessante observar sua atuação. E ultimamente? Acomodado. Levantava-se em plenário, exigia verificação de quorum, tudo numa tentativa de sacudir os que aqui já se encontravam. Hoje ele usa da palavra em plenário com apenas dois senadores presentes.

JBr — Como a senhora explica a situação de projetos de lei que chegam ao plenário para última votação, acompanhados de todos os pareceres favoráveis e a um sinal do líder (sempre o senador Ruy Santos) ele é rejeitado? O trabalho das Comissões, a própria iniciativa do parlamentar, nada conta ante o quê?

D. Sara: — O problema todo reside em que a liderança do Governo e a liderança da maioria (Arena) é uma só. Sabe-se que as pessoas tendem sempre para o lado mais forte. Novamente, aquele problema da acomodação. Se o Governo não tem interesse, ou tem razões suficientes para rejeitar um determinado projeto, ele comunica ao seu líder, que por sua vez é o líder da maioria. O Governo realmente envia as suas razões.

JBr — Mas são razões maiores ou menores do que as razões que levaram as comissões competentes a aprovar o projeto?

D. Sara: — Exato! Caberia à liderança fazer cotejo das razões das comissões que deram parecer favorável e das razões encaminhadas pelo Executivo para a rejeição. Nós temos conseguido algumas vezes — embora a liderança tenha o parecer contrário do Governo — aprovar determinadas matérias. Mesmo porque as razões não convenceram da

necessidade real da rejeição. E o senador Ruy Santos, dificilmente rejeita um projeto, sem pelo menos encaminhar à votação e expor as razões da rejeição.

Voltamos ao princípio: deficiência técnica para exame da matéria, feita superficialmente. A maioria das vezes as razões do Governo têm procedência. Isto porque o aspecto levantado na área do Executivo — através de técnicos especialistas — passou despercebido nas comissões do Senado. O parecer da comissão foi orientado por um bacharel que não entende de economia. Daí porque, com as deficiências notórias do Senado em termos de assessoramento, não é possível julgar que determinada proposição deve ser aprovada porque tem o parecer favorável.

Mas, às vezes, as razões do Executivo não têm procedência. E nesses casos a liderança da maioria tem sido positiva. Um exemplo, também concreto e recente: o senador Cattete Pinheiro apresentou projeto de lei alterando uma lei que estabelecia idade mínima para o trabalho em mina de carvão, alterando-a para 18 anos. Acimentou com precisão o porquê, com dados médicos. Teve a matéria todos os pareceres favoráveis das comissões e quando já se encontrava em plenário, a liderança do Governo recebeu do Executivo as suas razões para a rejeição do projeto. Sabe quais eram? Dizia que o assunto pretendido pelo projeto já estava sendo executado, já admitia-se menores até 18 anos de idade nas minas, através de uma portaria do Ministério do Trabalho.

Ora, a portaria é ilegal. Ministro, através de uma portaria, não pode alterar o texto expresso da lei que fixava em 21 anos. O caminho certo era e é, um projeto de lei alterando a lei. A proposição foi aprovada e o será na Câmara.

JBr — Como esses excessos podem ser explicados?

D. Sara: — Como a ingerência do Executivo no Legislativo é tão forte e continuada que eles agora já nem se preocupam muito quanto ao mérito. Não querem determinada matéria? Rejeita-se. Mas isso, devagarinho, está sendo cortado, amenizado. É um trabalho que não aparece, mas importante e creditado ao senador Petrônio Portella.

JBr — A senhora acha que deveria haver uma assessoria mais especializada? Qual a solução?

D. Sara: — Talvez agora, durante o recesso, eu prepare um projeto, em termos de sugestão. Entre outras coisas deveria haver uma comissão específica para examinar matérias de interesse dos estados, que é em volume grande. Ao invés de a matéria tramar pelas comissões do Senado, ela iria a uma comissão integrada por membros das três comissões: Finanças, Economia e Constituição e Justiça, que não seriam efetivos, mas podendo ser designados mensalmente pelo presidente. O processo seria simplificado e a tramitação mais rápida.

Para o caso da Comissão do Distrito Federal, que usa assessores gerais, sugiro um número "X" com conhecimentos amplos e reais das necessidades locais.